



UMA INICIATIVA EAPN PORTUGAL

OBSERVATÓRIO
NACIONAL
luta contra a pobreza

FEVEREIRO 2021



EM FOCO #10

MUNICÍPIOS PORTUGUESES: RENDIMENTO E DESIGUALDADE



EM FOCO #10

MUNICÍPIOS PORTUGUESES: RENDIMENTO E DESIGUALDADE

Os dados do Ministério das Finanças / Autoridade Tributária e Aduaneira relativos aos rendimentos declarados em sede do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS) são uma ferramenta útil no estudo e observação dos rendimentos, desigualdade e assimetrias territoriais. Apesar de não nos oferecer um retrato da pobreza monetária nestes territórios, permite-nos identificar e conhecer vulnerabilidades económicas que não podem ser ignoradas.

Neste *Em Foco #10 – Municípios portugueses: rendimento e desigualdade* analisamos alguns dos indicadores disponíveis, procurando assim conhecer os territórios com menores rendimentos coletáveis, com maiores proporções de sujeitos passivos com baixos rendimentos declarados e com maiores níveis de desigualdade. Este documento é complementado por um ficheiro em *Excel* onde cada leitor poderá analisar os dados municipais, sub-regionais e regionais.

MUNICÍPIOS PORTUGUESES: RENDIMENTO E DESIGUALDADE

Segundo os dados do ICOR 2019, à semelhança do que acontecia no inquérito anterior, em 2018 as regiões autónomas dos Açores e da Madeira eram os territórios que apresentavam níveis de risco de pobreza mais elevados nas (31.8% e 27.8% respetivamente), com uma diferença significativa face as restantes regiões do território continental. Em Portugal continental, o risco de pobreza era mais elevado na Região do Algarve (18.7%), seguida da Região Norte (18.3%). Não obstante esta análise, os dados do INE referentes ao ICOR2018 indicavam a Região Norte como o local de residência da maior parte da população em risco de pobreza. Apesar de não ser divulgado este dado para o ICOR2019, sendo a região com maior população residente e mantendo uma elevada proporção de população em risco de pobreza (18.3%), a Região Norte deve permanecer como a região com maior número de pessoas em risco de pobreza.

Os dados do ICOR permitem-nos conhecer o risco de pobreza por NUTII e por grau de urbanização do território, mas não possibilitam uma imagem mais aproximada da dispersão do risco de pobreza ao longo do território nacional. As estatísticas do rendimento ao nível local, produzidas pelo INE com base na informação do Ministério das Finanças / Autoridade Tributária e Aduaneira (MF/AT), não permitindo, porém, conhecer o risco de pobreza existente nos municípios, proporciona-nos um primeiro retrato territorial onde é possível conhecer vulnerabilidades económicas dos sujeitos passivos e, conseqüentemente, dos seus agregados familiares.

Sublinhe-se, no entanto, que esta análise não procura uma comparação ou associação entre os dados do INE do rendimento ao nível local e do ICOR. Em causa estão não só diferenças metodológicas associadas a recolha e análise dos dados, mas também diferenças relacionadas com os rendimentos considerados na análise e com a unidade de medida utilizada. Por um lado, no **ICOR** é considerado o rendimento disponível por adulto equivalente, **sendo o rendimento é ponderado face a composição do agregado familiar**. Por outro lado, **as Estatísticas do Rendimento** ao nível local **baseiam-se nos dados do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), sendo o rendimento analisado ou pelo número de habitantes, ou por sujeito passivo ou por agregado fiscal**. Note-se que um sujeito passivo, mesmo quando casado ou em união de facto, poderá optar pela apresentação dos rendimentos em conjunto com outros elementos do agregado (contabilizando um único agregado fiscal) ou separadamente.

Adicionalmente, o **ICOR baseia-se num vasto conjunto de rendimentos do agregado**, que **incluem** para além do **rendimento do trabalho**, as diferentes **transferências sociais e outros rendimentos privados** (incluindo transferências entre agregados, tais como as pensões de alimentos associado a filhos de pais separados). Destes rendimentos são deduzidos os impostos e contribuições para a Segurança Social, sendo como tal um rendimento líquido. No caso dos dados do **Ministério das Finanças / Autoridade Tributária e Aduaneira (MF/AT), são considerados os rendimentos de declaração obrigatória em sede de IRS** - Rendimentos do Trabalho dependente, empresariais e profissionais, de capitais, prediais, incrementos patrimoniais e pensões [1] **e são apresentados enquanto rendimento bruto declarado ou rendimento bruto declarado deduzido do IRS Liquidado**. Nenhuma destas possibilidades permite-nos uma comparação quer no tipo de rendimento contabilizado, quer na sua ponderação por adulto equivalente.

Vejamos no gráfico 1 como esta diferença acentua-se nas Regiões Autónomas onde o rendimento mediano por adulto equivalente é claramente inferior ao valor mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo, situação oposta ao que se verifica

nas restantes regiões. A **Região Autónoma dos Açores (R.A.A)** destaca-se por ser a **terceira região com maior valor mediano bruto deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo**, mas é a região que claramente **possui o menor valor mediano líquido por adulto equivalente**. A **Região Norte**, pelo contrário, **possui o menor valor mediano quando considerados os dados por sujeito passivo do MF/AT**, mas apresenta o **quarto maior valor mediano quando considerado o rendimento líquido por adulto equivalente do ICOR**.

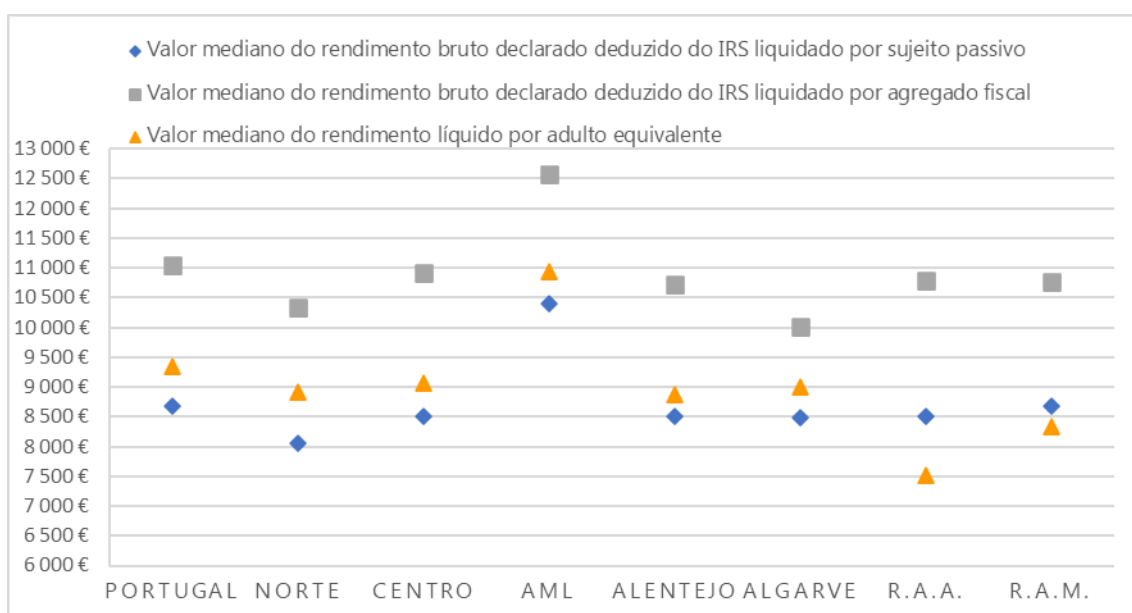


Gráfico 1: Valor mediano do rendimento por tipo de rendimento e NUT II (€), 2017. Fonte: INE[2][3][4]

Na base das diferenças poderá estar uma combinação de diferentes fatores como as fontes e tipo de rendimento, nomeadamente um maior ou menor peso dos rendimentos de declaração não obrigatória em IRSⁱ ou dos sujeitos passivos que estão dispensados de entrega da declaração do IRSⁱⁱ; características demográficas, tais como dimensão dos agregados familiares e a estrutura etária das populações; e uma maior ou menor intensidade laboral dos agregados familiares.

ⁱ Algumas prestações sociais pagas pela Segurança social, tais como o subsídio de desemprego, o rendimento social de inserção, subsídios associados a maternidade/paternidade, baixas médicas, são exemplos de rendimentos que não são tributados nem declarados na Declaração do IRS.

ⁱⁱ Está dispensado de entregar a declaração do IRS de 2018 quem auferiu isolada ou conjuntamente: “até 8 500€ de rendimentos de trabalho dependente ou pensões, desde que não tenha sido feita qualquer retenção na fonte, e até 4 104€ de pensões de alimentos; rendimentos tributados por taxas liberatórias e não quer englobá-los aos restantes rendimentos para efeito da aplicação das taxas gerais de IRS” ; “subsídios ou subvenções no âmbito da Política Agrícola Comum de valor anual inferior a 1 715.60€, desde que, tendo auferido outros rendimentos, estes tenham sido tributados por taxas liberatórias (artigo 71.º do Código do IRS), ou sendo rendimentos do trabalho dependente ou pensões, o respetivo montante não exceda, isolada ou conjuntamente, 4 104.00 €; ou rendimentos pela realização de atos isolados de valor anual inferior a 1 715.60€ desde que não tenha auferido outros rendimentos ou apenas tenha auferido rendimentos tributados por taxas liberatórias.” (AT 2019, 2)

Note-se que a dispensa de entrega de IRS para as pessoas com rendimentos mais baixos - pensões ou rendimentos anuais do trabalho inferiores a 8 500€ (desde que não tenha sido feita retenção na fonte) – ou que apenas auferem rendimentos associados a prestações sociais não tributáveis e não declaradas em sede de IRS, leva a que os indicadores do MF/AT não reflitam algumas das situações de maior vulnerabilidade social e económica. De fora estão, por exemplo, os beneficiários de Rendimento Social de Inserção, das prestações de subsídio de desemprego ou pensões mais baixas. No entanto, estes dados não excluem totalmente algumas situações de vulnerabilidade económica uma vez que a dispensa de entrega da declaração de IRS não inviabiliza a sua entrega. Assim, por exemplo, no caso de um agregado familiar em que um dos elementos possui um rendimento que dispensa a entrega de IRS, a entrega conjunta do IRS poderá ser uma estratégia de redução do imposto a liquidar pelo agregado. Por outro lado, algumas situações exigem a entrega da declaração de IRS mesmo quando auferidos rendimentos inferiores ao limite de dispensaⁱⁱⁱ. Como tal, no exercício do IRS de 2018, 18% dos sujeitos passivos tinham um rendimento bruto declarado de 0€ a 5 000€.

De facto, **os dados municipais e sub-regionais que serão apresentados abaixo não indicam uma maior ou menor prevalência do risco de pobreza nestes territórios ou algumas das situações de maior precariedade económica. No entanto**, não deixam de ser **indicadores importantes para uma aproximação à vulnerabilidade económica existente no território nacional e às desigualdades territoriais**. Por fim, é necessário sublinhar que devido à dimensão deste relatório e à impossibilidade de análise de todos os dados disponíveis, optou-se por uma focalização da análise nos dados dos sujeitos passivos^{iv} e em particular no rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado. Os dados apresentados reportam aos rendimentos de 2018.

ⁱⁱⁱ Ficam obrigados a entrega do IRS mesmo que o rendimento não exceda os dados anteriores (ver nota i) se, no caso de casais, optarem pela tributação conjunta; se auferirem rendimentos em espécies; se auferirem pensões de alimentos de valor superior a 4 104€; ou se auferirem rendas temporárias e vitalícias que não se destinam ao pagamento de pensões.[18] (AT, 2019: 2)

^{iv} O documento do INE sobre as estatísticas do rendimento ao nível local, sublinham vantagens e desvantagens da análise por sujeito passivo ou por agregado fiscal. No caso da utilização da unidade do agregado fiscal, apesar dos dados serem factuais, tem a limitação de juntar agregados com um ou dois sujeitos passivos. No caso da análise do sujeito passivo, ultrapassa-se esta limitação, mas parte da hipótese de que quando um agregado familiar é composto por dois sujeitos passivos, o rendimento do agregado é dividido uniformemente pelos dois. Esta hipótese baseia-se no Código do IRS que determina que os sujeitos passivos casados, não separados judicialmente ou em união de facto, quando optam pela tributação conjunta são aplicáveis as taxas correspondentes ao rendimento coletável dividido por dois. (INE, 2019:5).

RENDIMENTO BRUTO DECLARADO DEDUZIDO DO IRS LIQUIDADO

Com uma população média anual residente de 3 574 mil pessoas, em 2018, numa superfície terrestre de 21 072 Km², a **Região Norte** é uma região **marcada por uma forte diversidade económica e social**. Nela **coexistem as cinco sub-regiões com rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado mais baixos^v** – Tâmega e Sousa, Alto Tâmega, Douro, Alto Minho e Ave – e, **simultaneamente, a terceira sub-região com maior rendimento** – Área Metropolitana do Porto (AMP). Em média o rendimento bruto deduzido do IRS liquidado anual é de 7 363€ por habitante nesta região (613€ mensais), mas varia entre os 5 581€ (Tâmega e Sousa) e os 8 222€ (AMP) anuais.

De facto, **de entre os 50 municípios com rendimentos brutos deduzidos** do IRS liquidado por habitante mais baixos **30 são municípios do Região Norte, correspondendo a 35% dos municípios desta região**. Por outro lado, apenas cinco municípios desta região possuem um rendimento superior ao valor nacional: Espinho, São João da Madeira, Braga, Maia, Matosinhos e Porto. **Desta lista de municípios com baixo rendimento bruto declarado deduzido** do IRS liquidado por habitante, **destaca-se o município de Tabuaço** como o concelho com menor rendimento, sendo o único que possui um rendimento que corresponde a menos de metade (49%) do rendimento nacional. **Em média, em Tabuaço cada habitante tem um rendimento bruto deduzido do IRS liquidado de 335,42€ mensais. O valor de referência nacional é 678.5€.**

Entre os 93 municípios que possuem um rendimento inferior a 75% do rendimento nacional, 51% pertencem à Região Norte (47) e 28% pertencem a Região Centro (26). No sentido inverso, temos apenas cinco municípios com rendimento superior a 125% deste rendimento nacional: Lisboa (193%), Oeiras (146%), Porto (140%), Coimbra (134%) e Cascais (132%). Dos 308 municípios existentes no território nacional, apenas 16% possuem um rendimento superior a valor nacional.

A Região Autónoma da Madeira (R.A.M) é outra região a destacar, com **55% dos seus municípios na lista dos 50 municípios com rendimento por habitante mais baixos** (6 municípios) e **73% dos concelhos com um rendimento inferior a 75% do rendimento nacional**.

^v Situação que ocorre quer quando analisado por sujeito passivo quer por agregado fiscal. Quando analisado o Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por habitante, a Região Norte concentra as quatro sub-regiões com rendimentos mais baixos.

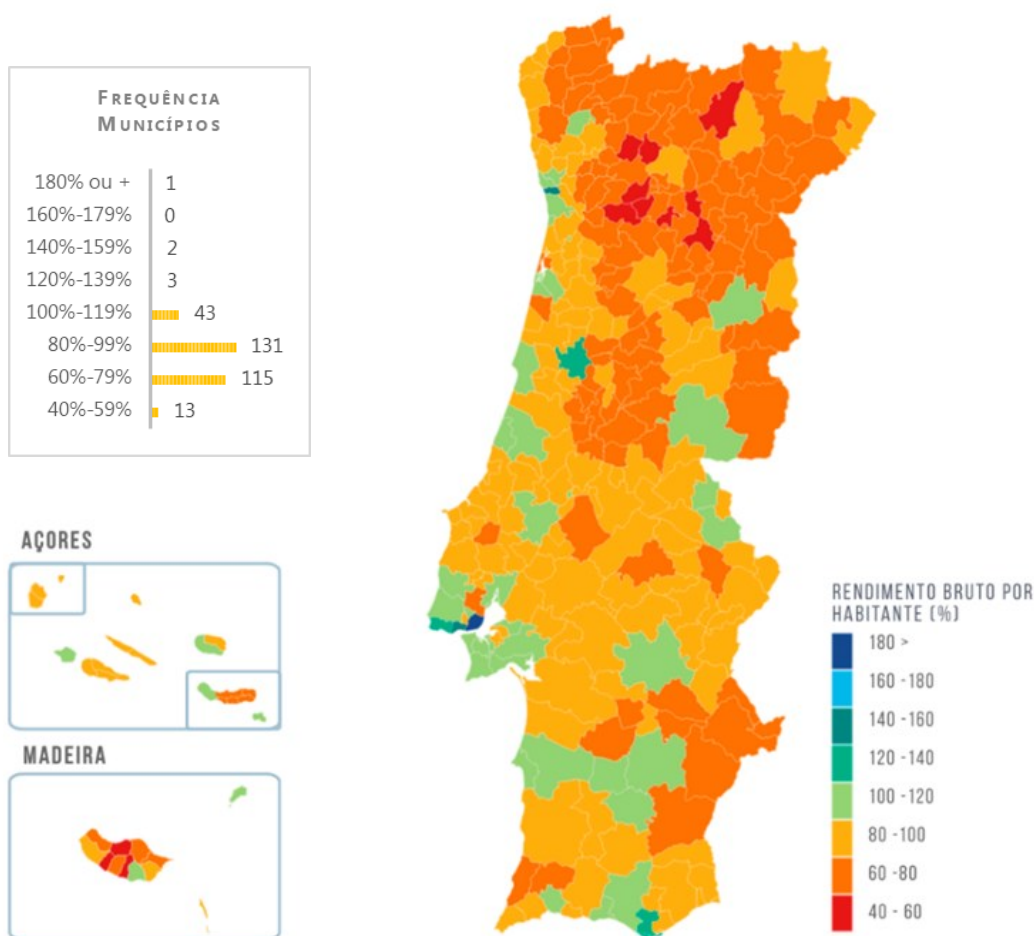


Figura 1: Distribuição dos municípios por proporção do Rendimento Bruto deduzido do IRS liquidado por habitante face ao valor nacional (8 142€) (%), 2018; Fonte: INE[5]

Não obstante, **quando analisado o rendimento bruto deduzido do IRS por sujeito passivo, a RAM deixa de ser identificada no grupo com rendimentos mais baixos**. De facto, **o rendimento bruto deduzido do IRS declarado na RAM sobe de 6 974€ quando considerado o nº de habitantes da região para 11 135€ quando analisado os sujeitos passivos**, um aumento de cerca de 60%. Na Região Norte este aumento é de apenas 40%. Em causa poderão estar diferenças relacionadas com o rendimento – por exemplo, a RAM é a segunda região do país^{vi} com maior ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem – em conjunto com diferenças na tipologia dos agregados familiares e do peso da população (ou dos rendimentos) dispensada da entrega da declaração do IRS. Segundo os censos de 2011, RAM era a segunda região do país^{vii} com maior número de indivíduos a cargo nas famílias clássicas[6] e, conseqüentemente, com maior dimensão das famílias clássicas[7]. Por outro lado, esta era a região que em 2018 possuía maior taxa de desemprego.

^{vi} A região com maior ganho médio mensal é a Área Metropolitana de Lisboa

^{vii} A região com maior número de indivíduos a cargo nas famílias clássicas e com maior dimensão das famílias clássicas é a Região Autónoma dos Açores.

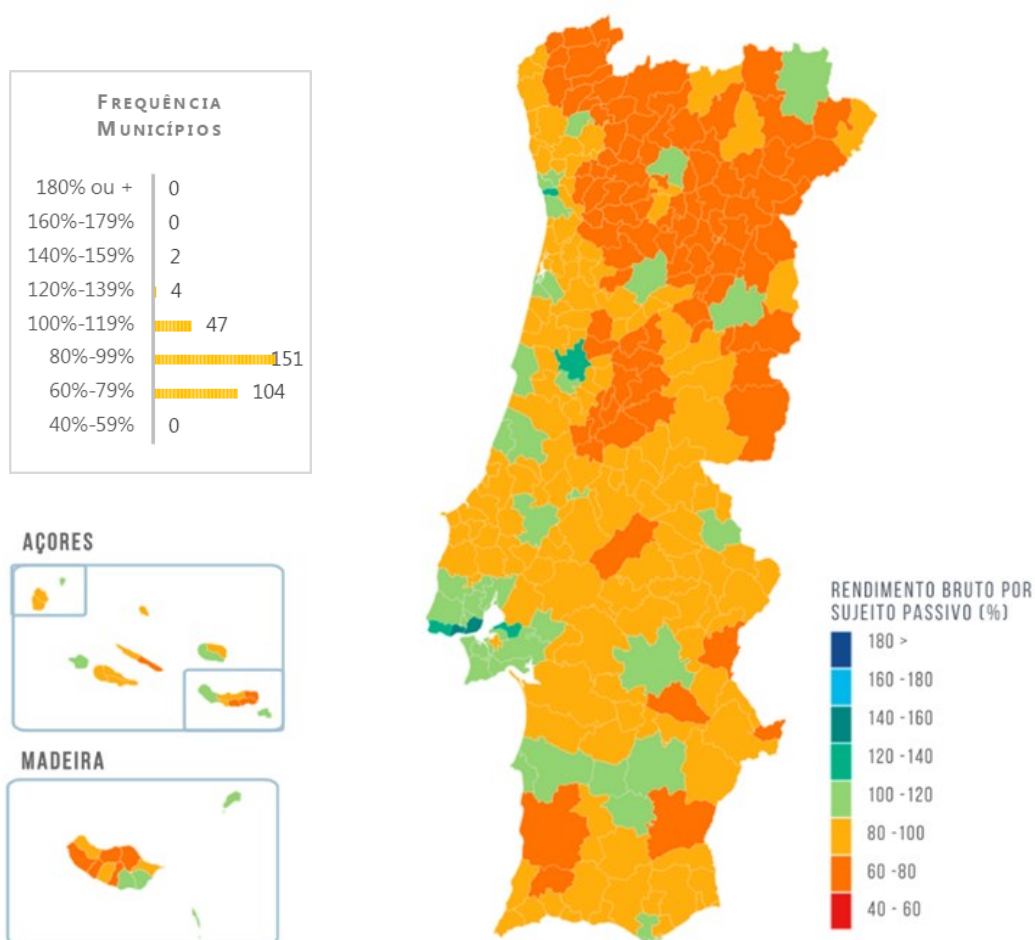


Figura 2: Distribuição dos municípios por proporção do Rendimento Bruto deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo face ao valor nacional (8142€) (N), 2018; Fonte: INE[8]

Quando analisados os rendimentos com base nos sujeitos passivos de cada município, há alterações significativas no mapa dos territórios mais vulneráveis. A diferença de rendimentos entre os municípios com rendimentos mais elevados e os mais baixos também reduz. Quando considerado o número de habitantes, o rendimento de Tabuaço é 3.9 vezes inferior ao de Lisboa. Quando considerado o rendimento bruto deduzido de IRS liquidado por sujeito passivo, o rendimento de Cinfães - município com menor rendimento - é 2.4 vezes inferior ao de Oeiras - município com maior rendimento por sujeito passivo. No entanto, a Região Norte continua a estar sobre representada no grupo dos municípios com rendimentos inferiores a 75% do rendimento nacional (49% dos seus municípios), com destaque para as sub-regiões de Tâmega e Sousa, Alto Tâmega e Douro. No outro extremo, temos apenas 6 municípios com rendimentos iguais ou superiores a 125% do rendimento nacional, na sua maior parte pertencente à Área Metropolitana de Lisboa (Oeiras: 148%; Lisboa: 140%; Cascais: 135%; Alcochete: 126%), juntamente com Porto (131%) e Coimbra (125%).

ESCALÕES DE RENDIMENTO

Em Portugal, cerca de **18% dos sujeitos passivos tinham, em 2018, um rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado inferior a 5 000€ anuais (417€ mensais) e mais da metade (56%) tinha um rendimento inferior a 10 000€ anuais (833€ mensais)**. Por outro lado, apenas 14% dos sujeitos passivos auferiam um rendimento bruto deduzido do IRS liquidado superior a 19 000€ (1 583€ mensais). Se estes dados já espelham um cenário de baixos rendimentos dos contribuintes portugueses, os dados municipais apresentam uma realidade ainda mais negativa para a maior parte dos municípios nacionais.

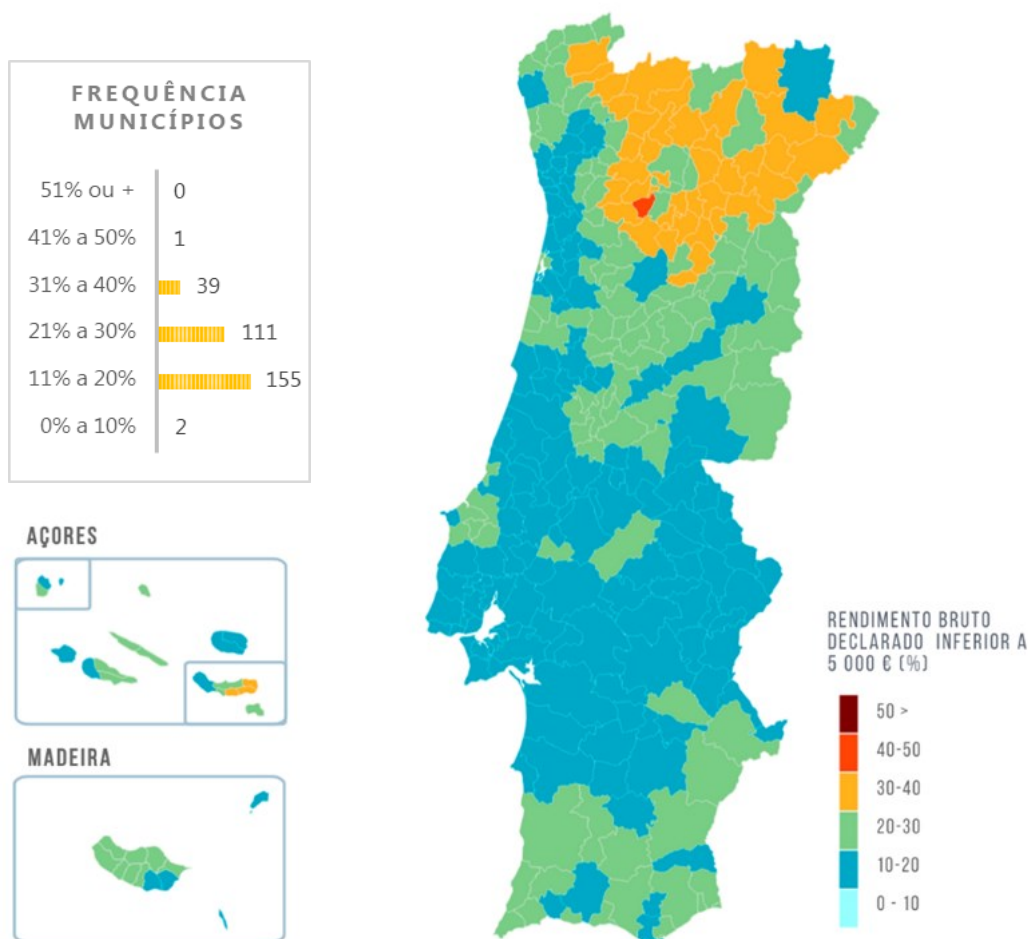


Figura 3: Distribuição dos municípios por proporção de sujeitos passivos com rendimento bruto deduzido do IRS liquidado inferior a 5000€ anuais, 2018; Fonte: INE[9]

Cerca de 65% dos municípios apresentam proporções superiores a 18% dos sujeitos passivos com rendimento bruto deduzido do IRS inferior a 5 000€ e quase 80% dos municípios têm mais da metade dos seus sujeitos passivos com rendimento até 10 000€ anuais (Figura 3 e Figura 4). Entre estes



municípios destacam-se o de Resende onde cerca de 43% dos sujeitos passivos possuem um rendimento declarado deduzido do IRS liquidado inferior a 5 000€ anuais, e 81% dos seus contribuintes tem um rendimento até 10 000€ anuais. Com valores próximos e também localizado na sub-região do Tâmega e Sousa sobressai o município de Cinfães^{viii}. No total, 24 municípios têm mais de 1/3 dos seus sujeitos passivos com um rendimento declarado inferior a 5 000€, sendo que apenas 4 desses municípios não pertencem à Região Norte. Destacam-se aqui as sub-regiões do Alto Tâmega e a do Douro onde estão localizados 13 destes 24 municípios.

Em situação oposta encontramos os municípios de Oeiras e de Évora onde apenas 10% dos seus contribuintes possuem um rendimento inferior a 5 000€. Oeiras destaca-se igualmente por ter a menor proporção de sujeitos passivos com rendimentos inferiores a 10 000€ (34%) e por possuir, juntamente com o município de Lisboa, a maior proporção de contribuintes com rendimento igual ou superior a 32 500€ (10%), um valor claramente elevado quando considerado que no território nacional apenas 3% dos sujeitos passivos auferem esse nível de rendimento.

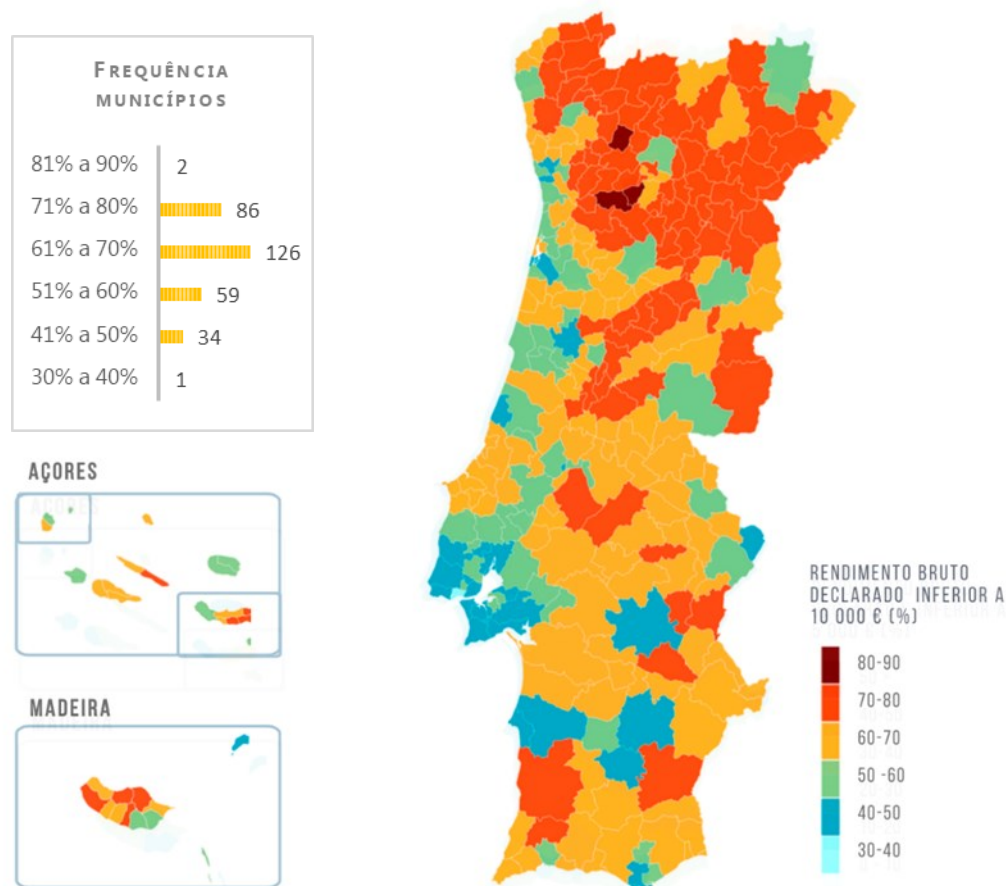


Figura 4: Distribuição dos municípios por proporção de sujeitos passivos com rendimento bruto deduzido do IRS liquidado inferior a 10000€ anuais, 2018; Fonte: INE[9]

^{viii} Neste município, 39% dos sujeitos passivos tinham, em 2018, um rendimento bruto deduzido do IRS liquidado inferior a 5 000€ e 81% tinha um rendimento até 10 000€.

GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM

Outro indicador importante para conhecer o nível de rendimento existente nos diferentes municípios é o ganho médio mensal[10]. Importa salientar, no entanto, que **este indicador remete-nos apenas para os rendimentos do trabalho e, especificamente, o rendimento dos trabalhadores por conta de outrem**, o que correspondia a cerca de 86% da população empregada entre os 15 e 64 anos em 2019 [11]. Note-se igualmente que o ganho médio mensal contabiliza o valor líquido da remuneração de base mensal juntamente com outras dimensões do rendimento do trabalho tais como subsídios, prémios e horas extraordinárias, sendo consequentemente um valor mais elevado do que a remuneração base média mensal [12]. Em 2018, a remuneração média mensal de base nacional era 970,42€ enquanto o ganho médio mensal era de 1 166€.

Quando olhamos para esse indicador, a Região Norte continua a destacar-se comparativamente ao restante território nacional (Figura 5). É **nesta região que encontramos** simultaneamente, a **maior proporção de municípios com um ganho inferior a 75% do ganho médio mensal nacional (43% dos municípios)**, assim como o município (Celorico de Basto) e a sub-região (Tâmega e Sousa) onde os TCO registam os menores valores de ganho médio (764€ e 858€ respetivamente). No entanto, a região (NUTS II) com menor ganho médio mensal é o Algarve, onde, em média um TOC tem um ganho de 999€.

A sub-região Tâmega e Sousa tem 82% dos seus municípios com um ganho médio inferior a 75% do ganho médio nacional, sendo seguida da sub-região do Ave (75% dos seus municípios) e Terras de Trás-os-Montes (67%). Fora da Região Norte, apenas as sub-regiões da Beira e Serra da Estrela (Região Centro) e do Alto Alentejo (Região Alentejo) possuem mais de 50% dos seus municípios com este baixo nível de ganho médio mensal.

Quando olhamos para o ganho médio dos TOC por município, a desigualdade territorial parece agravar-se. Enquanto que em Celorico de Basto o ganho médio de um TCO é 764€, em Alcochete este ganho médio é de 2 153€, ou seja, 2.8 vezes superior. Note-se ainda que apenas 26 municípios possuem um ganho médio mensal superior ao nacional, correspondendo a apenas 8% dos municípios nacionais.

Os três concelhos com ganho médio mensal mais elevados – Alcochete, Vila do Porto e Castro Verde – são territórios com menos de 5 000 trabalhadores por conta de outrem[13]. **A existência de um número reduzido de trabalhadores leva a que o ganho médio no município seja mais influenciado pela existência no território de uma atividade económica com uma remuneração particularmente elevada e que não corresponde necessariamente à realidade das restantes empresas ou atividades económicas do município.** Nos casos de Alcochete e Vila do Porto, por exemplo, é notória a disparidade de ganho



médio entre profissões: 121% no caso de Alcochete e 101.2% em Vila do Porto. Ao nível nacional, a disparidade no ganho médio entre profissões desce para 39.4%. A disparidade no ganho médio é também claramente mais elevada em Vila do Porto quando analisado os níveis de habilitação (79.8% face ao valor nacional de 32.4%) e em Alcochete quando analisada a disparidade entre sexo (48.3% face a 9.6% para Portugal).

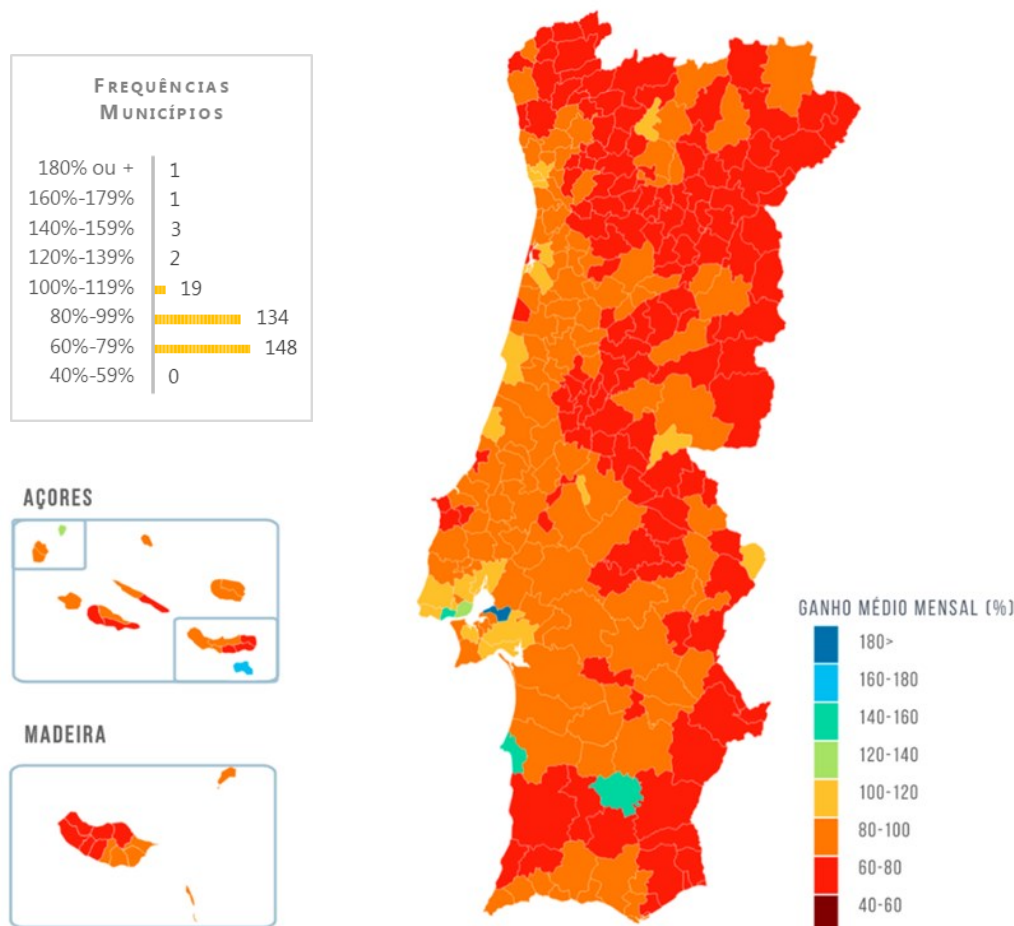


Figura 5: Distribuição dos municípios por proporção do ganho médio mensal face ao valor nacional (1167€), 2018; Fonte: INE/MTSSS/GEP[10]

De facto, **em Alcochete o ganho médio dos TCO distancia-se claramente da realidade dos TCO do restante território nacional sobretudo quando se tem em conta o nível de qualificação, nomeadamente o dos profissionais altamente qualificados** (10 085.80€ em Alcochete e 1 436.90€ em Portugal). Uma vez que este **indicador tem como âmbito geográfico de referência a localização do estabelecimento, estando assim associado ao posto de trabalho, a localização em Alcochete da Academia Cristiano Ronaldo** - enquanto centro de atividade do Futebol do Sporting e local onde a Equipa Profissional do Sporting realiza a sua preparação diária - **permitirá compreender a diferença do ganho médio dos profissionais altamente qualificados deste município face ao restante território**. Já em **Vila do Porto**, a **existência de apenas 1 042 trabalhadores por conta de outrem no município e a localização**

do Centro Oceânico de Controlo Aéreo e de um Aeroporto poderão explicar o ganho médio elevado existente nesse município, nomeadamente ao nível dos quadros médios (7 292.5€ em Vila do Porto e 1 755.80€ em Portugal).

No entanto, **estes rendimentos não são representativos da realidade vivenciada pelos restantes TCO desses municípios**. Em Vila do Porto o ganho dos trabalhadores é inferior ao valor médio da Região Autónoma dos Açores em todos os níveis de qualificação com exceção aos quadros médios, dos profissionais altamente qualificados e dos profissionais qualificados, e o seu valor apenas é o mais elevado da região para os quadros médios e profissionais altamente qualificados. No caso de Alcochete, apesar do município registar um ganho médio superior à média da Área Metropolitana de Lisboa para a maior parte dos níveis de qualificação^{ix}, o seu valor apenas se destaca como o mais elevado da região relativamente aos profissionais altamente qualificados.

DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS

Tal como ocorre ao nível do rendimento mediano, verificam-se discrepâncias quando analisado o nível de desigualdade com base no rendimento disponível por adulto equivalente (do ICOR) ou com base nos rendimentos brutos declarados deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo. Tal como referido anteriormente, em causa poderá estar quer a unidade de análise (adulto equivalente^x vs sujeito passivo), quer os rendimentos considerados em cada um destes instrumentos. Recorde-se igualmente que os dados provenientes da declaração de IRS não permitem um retrato da população com rendimentos mais baixos que estão dispensados da entrega desta declaração, nem espelha o verdadeiro impacto da totalidade das transferências sociais no rendimento dos agregados.

Assim, quando olhamos para os dados do Coeficiente de Gini, do S80/S20 e do P80/P20, verificamos que a desigualdade de rendimentos é mais elevada quando são considerados os dados do ICOR, ou seja, quando se tem em conta o rendimento líquido de toda a população nacional, incluindo o dos que possuem rendimentos mais baixos, e quando este rendimento é analisado tendo em conta a totalidade dos rendimentos do agregado e a composição deste agregado familiar.

Assim, o **coeficiente de Gini analisado com base dos rendimentos das declarações de IRS** (deduzido o imposto do IRS) **era de 26.5%, em 2018, para Portugal. Quando analisado o rendimento disponível**

^{xi} Em Alcochete o ganho médio dos TCO apenas é inferior à média regional para os quadros superiores, os quadros médios e os encarregados, contramestres e chefes de equipa.

^x No caso do adulto equivalente, são considerados todos os elementos do agregado familiar e calculado o seu peso no agregado com base na escala de equivalência modificada da OCDE.



por adulto equivalente, este coeficiente sobe para 31.9%. Uma alteração semelhante ocorre em todas as regiões da NUTS II, sendo que a distância do resultado destes dois indicadores é mais elevada na R.A.A., no Alentejo e na R.A.M., onde se verifica um aumento do coeficiente de Gini em 9.7, 7.3 e 7.2 pontos percentuais, respetivamente, quando analisado os rendimentos do ICOR.

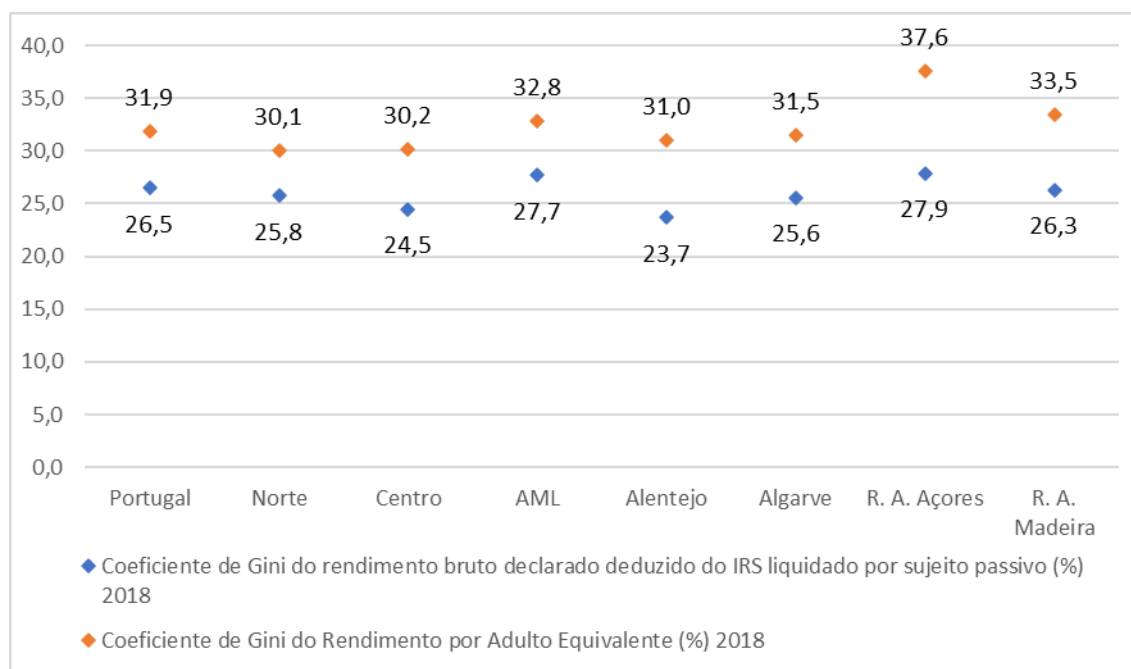


Gráfico 2: Coeficiente de GINI do rendimento por tipo de rendimento e por NUTS II (%), 2018.
 Fonte: INE [14] [15]

No **Coeficiente de Gini**, quanto maior for o seu resultado, maior será a concentração dos rendimentos numa proporção mais reduzida da população. No indicador S80/S20 ou P80/P20, analisa-se a distância entre o rendimento de 20% da população com rendimentos mais baixos (1º quintil) e 20% com rendimentos mais elevados (5º quintil). Neste caso, o rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado dos 20% dos sujeitos passivos com menores rendimentos era, em 2018, 2.9 vezes inferior ao rendimento dos 20% dos sujeitos passivos com maiores rendimentos (P80/P20). No entanto, esta proporção sobe para 5.2 quando analisado o rendimento disponível por adulto equivalente (S80/S20). Para além de uma **maior distância entre o rendimento dos mais ricos e dos mais pobres quando analisado os dados do ICOR comparativamente com os rendimentos das declarações de IRS, os dados do ICOR indicam uma maior assimetria dos níveis de desigualdade entre regiões**. Assim, enquanto os resultados do indicador S80/S20, para 2018, variam entre 4.7 (Região Centro e Norte) e 7.3 (RAA), os dados do P80/P20 variam entre 2.6 (Alentejo) e 3.2 (RAA). A **R.A.A. é efetivamente a região com maior desigualdade na comparação dos níveis de rendimentos entre a população mais rica e a mais pobre em ambos os indicadores**, mas é igualmente a região onde a desigualdade mais aumenta quando considerado o rendimento disponível por adulto equivalente, ou seja, quando é analisado o rendimento líquido de toda a

população, incluindo o conjunto de rendimentos provenientes de transferências sociais, e quando este rendimento é ponderado pela dimensão e composição do agregado familiar.

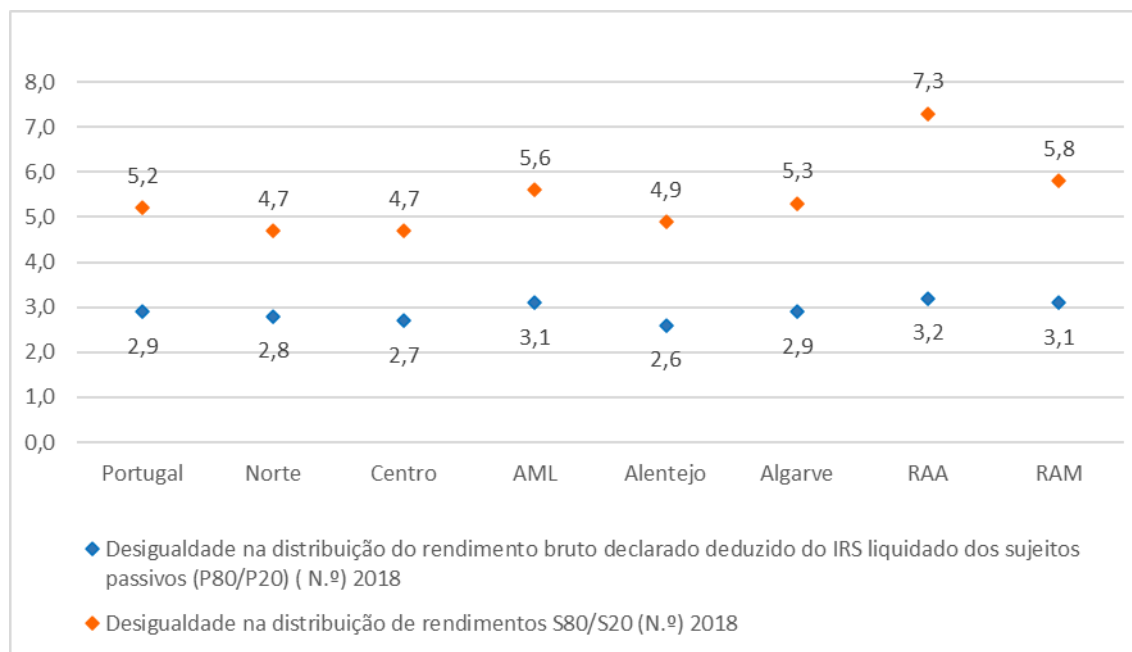


Gráfico 3: S80/S20 e P80/P20 por NUTS II (N), 2018. Fonte: INE [16] [17]

Analisando o território nacional com base no rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo de 2018, verifica-se que os maiores níveis de concentração de riqueza encontram-se na R.A.A. (Coeficiente de Gini de 27.9%), na Área Metropolitana de Lisboa (27.7%), seguido na Região Norte pelas sub-regiões do Alto Tâmega (27.4%), Douro (27.3%) e Terras de Trás-os-Montes (26.8%). A Área Metropolitana do Porto (26.4%) é a sexta sub-região com maior nível de desigualdade com base no Coeficiente de Gini, possuindo um valor inferior à média nacional (26.5%). No sentido oposto, encontramos o Alto Alentejo, a Região de Leiria, o Médio Tejo, Tâmega e Sousa e Lezíria do Tejo como as sub-regiões com menores níveis de desigualdade.

A R.A.A e a AML são igualmente as sub-regiões com uma maior amplitude entre os valores máximos e mínimos dos seus municípios, o que é explicado por se encontrar nestas duas sub-regiões os dois municípios com maior concentração de rendimentos do território nacional: Vila do Porto (34.1%) e Lisboa (32.3%). O município do Porto é o terceiro município com maior nível de desigualdade quando considerado o Coeficiente de Gini (30.8%) (Figura 6). No total, 37 municípios possuem um Coeficiente de Gini superior ao valor de referência nacional. É na Região Norte que se encontra a maior parte destes municípios em termos absolutos (17), mas é na RAA, na RAM e na AML que existem maiores proporções de municípios com valores superiores ao nacional: 47%, 27% e 22% respetivamente. Entre as sub-regiões, o Alto Tâmega - com 3 municípios com resultado do Coeficiente de Gini Superior ao valor nacional num total de 6 municípios - é o que apresenta a maior proporção.

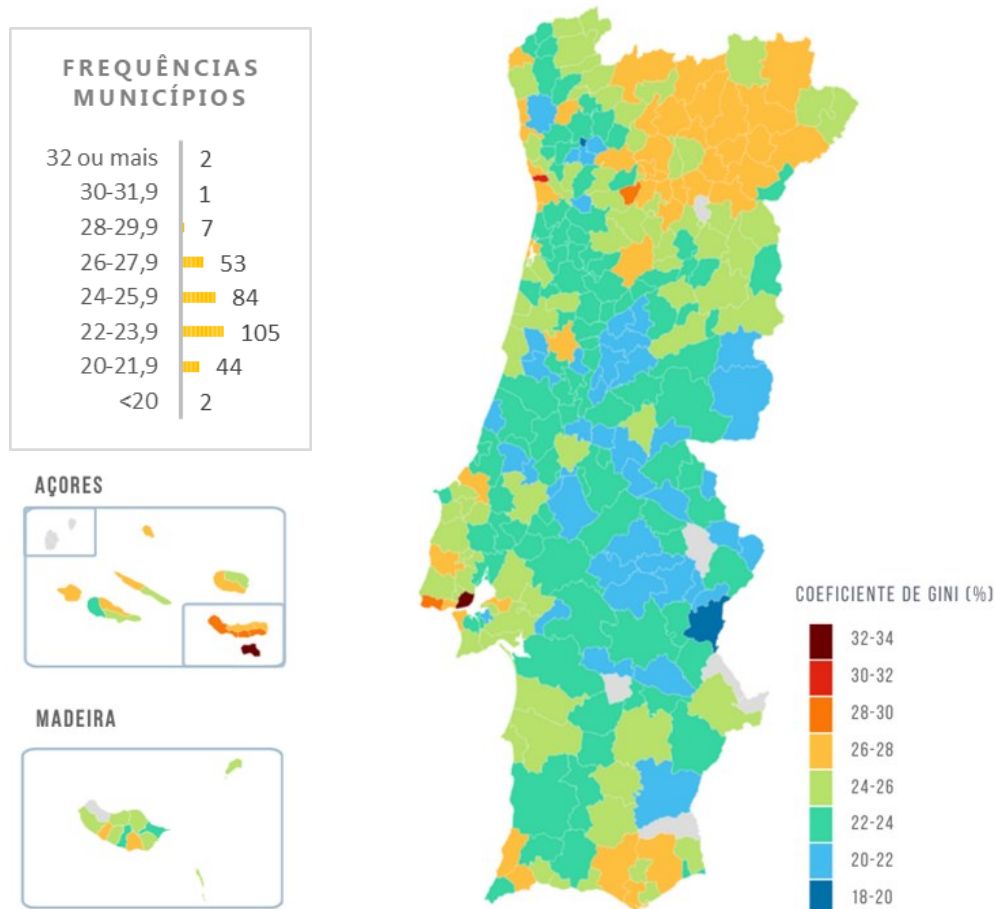


Figura 6: Distribuição dos municípios por coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo (%), 2018; Fonte: INE[14]

A Região do Alentejo, pelo contrário, não apresenta nenhum município com um Coeficiente de Gini superior a 26.5% e possui a maior proporção de municípios com níveis de desigualdade inferiores 22%. É nesta região que encontramos o município com menor concentração do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo - Alandroal (18.8%).

Se 37 municípios possuem níveis de desigualdade superiores a referência nacional quando analisado o Coeficiente de Gini, este valor aumenta significativamente quando a desigualdade é percecionada através da comparação do rendimento da população mais rica e da mais pobre. **Em Portugal encontramos 44 municípios com valores do P80/P20 (Figura 7) superiores a 2.9 e 83 municípios com resultados do indicador P90/P10 superiores a 5.9.**

Tal como ocorre ao nível do Coeficiente de Gini, também no indicador P80/P20, **a R.A.A. apresenta o resultado mais elevado de Portugal, tendo no seu território o município de Vila do Porto que se destaca simultaneamente por uma elevada disparidade do ganho médio dos trabalhadores** por conta de outrem, tal como vimos anteriormente, o **maior nível de concentração de rendimentos** (Coeficiente de Gini: 34.1%) e a segunda maior **distância entre o rendimento dos mais ricos e mais pobres** (P80/P20: 3.7; P90/P10: 9.9).

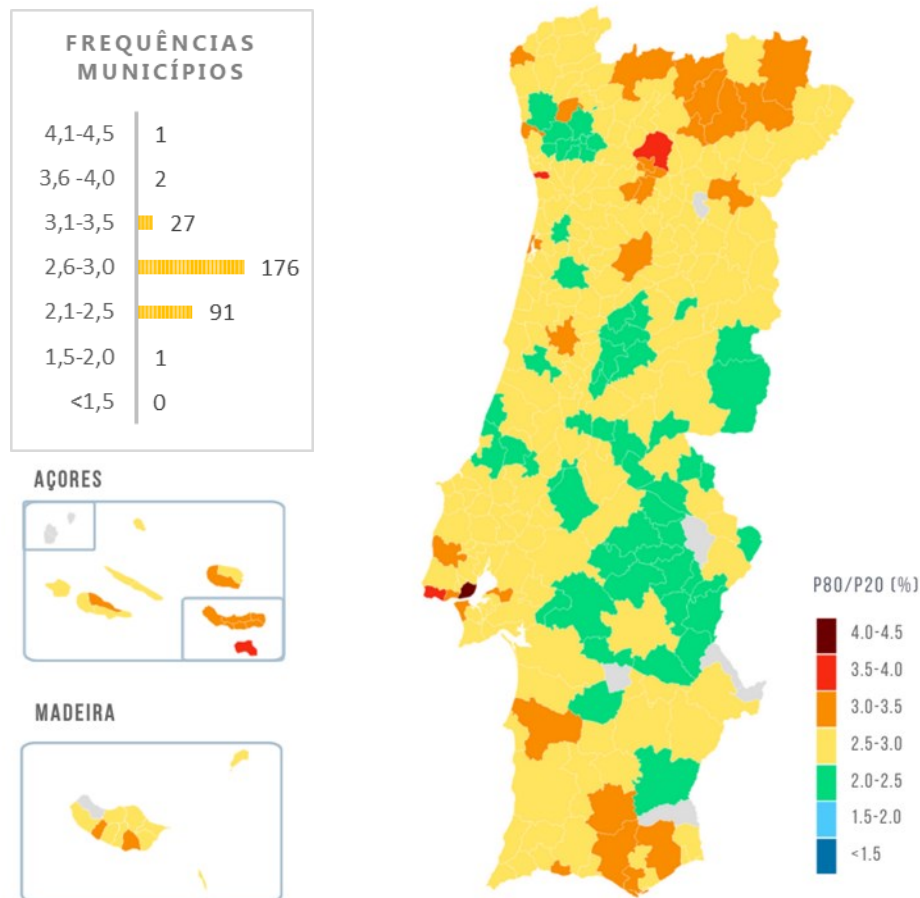


Figura 7: Distribuição dos municípios por desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado dos sujeitos passivos (P80/P20), 2018; Fonte: INE[16]

Lisboa é o município onde encontramos maior nível de desigualdade quando comparamos os rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres e o segundo município com maior concentração de rendimentos. **Em 2018, o rendimento bruto deduzido do IRS liquidado de 10% dos sujeitos passivos mais ricos de Lisboa era 10.4 vezes superior ao dos 10% com menores rendimentos.** Esta proporção era de 4.1 quando comparado o 1º e o 5º quintil de rendimento. **O município do Porto tem também níveis elevados de desigualdade de rendimentos** quando analisado o rendimento bruto deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo, **destacando-se como o terceiro município com maior Coeficiente de Gini (30.8%) e o segundo, em conjunto com Vila do Porto, com maior P80/P20 (3.7).** Quando comparado o 1º percentil com o 10º, o município do Porto apresenta-se em 14ª posição.

Vizela e Alandroal, pelo contrário, apresentam-se como municípios com menores níveis de desigualdade. **Alandroal é o território com menor Coeficiente de Gini (18.8%), menor P90/P10 (3.4) e o segundo menor P80/P20 (2.1) juntamente com Borba, enquanto Vizela apresenta o menor resultado no indicador P80/P20 (2.0), assim como o segundo menor resultado no indicador P90/P10 e no Coeficiente de Gini (3.6 e 19.5% respetivamente).**



Tal como quando analisado o Coeficiente de Gini, a região do Alentejo destaca-se por não ter nenhum município com resultados no indicador P90/P10 superior ao valor de referência nacional e apenas dois municípios com resultados superior ao nacional relativamente ao P80/P20: Almodôvar e Santiago do Cacém.

Dos 44 municípios com um P80/P20 superior ao valor de referência nacional, a maior parte encontra-se na Região Norte (17), com destaque para a sub-região do Douro (6). No entanto é o Alto Tâmega que, sendo composto por apenas 6 municípios, possui a maior proporção de concelhos com resultados superiores a 2.9 (50% **dos seus municípios**). **A R.A.A.**, quando comparado com as sub-regiões (NUTSIII), **é a área geográfica com a segunda maior proporção de municípios com resultados iguais ou superiores a 2.9 (47%), maior número de concelhos nesta situação (9) e maior distância entre o rendimento dos 20% com maiores rendimentos e os 20% com menores rendimentos (P80/P20: 3.2).**

CONCLUSÕES

Os dados do Ministério das Finanças / Autoridade Tributária sobre os rendimentos declarados em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) abre-nos a possibilidade de olhar para o território nacional e conhecer os municípios e as sub-regiões com baixos rendimentos coletáveis e/ou com fortes níveis de desigualdade. É certo que estes dados não nos permitem conhecer o retrato da pobreza nos municípios portugueses, uma vez que falha na capacidade de rastrear os rendimentos mais baixos, muitas vezes associados às baixas pensões ou às transferências sociais orientadas para as situações de maior vulnerabilidade social e económica.

Se destacamos neste documento algumas sub-regiões ou municípios com baixos níveis de rendimento bruto deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo, tal não significa que sejam os municípios com maior número ou proporção de população em risco de pobreza. De facto, numa contabilização dos vários tipos de rendimento (líquido) e na ponderação por composição do agregado familiar, a realidade de outros municípios ou sub-regiões pode destacar-se face aos que ao longo deste documento foram referidos.

No entanto, **o baixo nível de rendimentos coletáveis associados a estes territórios indica uma vulnerabilidade económica dos seus contribuintes que não pode ser ignorada**. Pelo contrário, esta vulnerabilidade agrava-se com situações de desemprego, doença e velhice quando as transferências sociais assumem um papel essencial para uma proteção face a situações de pobreza. **Perante rendimentos brutos declarados baixos, advinham-se igualmente contribuições para a Segurança Social baixas e/ou intermitentes, fragilizando a capacidade de proteção das transferências sociais**. Assim, **sublinhamos os baixos rendimentos verificados na região Norte, em particular na sub-região do Tâmega e Sousa, Alto**

Tâmega e Douro que se destacam por terem os **menores níveis de rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por habitante e por sujeito passivo**, o **menor ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (TCO)**, assim como as **maiores proporções de sujeitos passivos com rendimentos inferiores a 5 000€ ou 10 000€**.

No entanto, **é também na Região Norte que encontramos a terceira sub-região com maior nível de rendimento bruto deduzido do IRS liquidado**, por habitante e por sujeito passivo, e **terceiro maior ganho médio mensal dos TCO: Área Metropolitana do Porto**. Portugal possui não apenas um problema de baixos níveis de rendimento, mas também uma grande assimetria territorial. A **diferença de rendimentos bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo varia entre 7 119€ anuais** (593€ mensais) **em Cinfães e 16 896€ anuais em Oeiras** (1 408€ mensais); ou seja, **o rendimento em Cinfães é 2.4 vezes inferior ao de Oeiras**. Quando analisado esse rendimento por habitante, **o rendimento de Tabuaço** (4 025€ anuais) **é 3.9 vezes inferior ao de Lisboa** (15 697€ anuais). Esta forte **assimetria entre territórios é também visível ao nível do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem** – que varia de 764€ em Celorico de Basto e 2 153€ em Alcochete – **ou dos escalões de rendimento. Se Oeiras e Évora possuem cerca de 10% dos seus sujeitos passivos com um rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado inferior a 5 000€ anuais, em Resende esta proporção é de 43%**.

Se encontramos grandes diferenças de rendimentos entre municípios, entre **sub-regiões e entre regiões, encontramos também fortes níveis de desigualdade dentro de alguns municípios**, com destaque para Vila do Porto (R.A.A) Lisboa e Porto. **Lisboa destaca-se do restante território nacional por apresentar um rendimento bruto deduzido do IRS liquidado dos 10% sujeitos passivos mais ricos 10.4 vezes superior ao dos 10% com menores rendimentos**, num contexto em que o valor nacional é de 5.9. **Lisboa possui o maior rendimento bruto deduzido do IRS liquidado por habitante** (15 697€) **e o segundo maior por sujeito passivo** (15 994€). Não obstante, no seu território, 17% dos sujeitos passivos têm um rendimento declarado inferior a 5 000€ anuais e 43% têm um rendimento inferior a 10 000€ anuais.

Os dados aqui apresentados reforçam a importância de um conhecimento territorializado das vulnerabilidades sociais e económicas. Os dados do ICOR apenas permitem uma desagregação territorial ao nível das NUTS II. Os dados do rendimento bruto declarado permitem um melhor conhecimento dos rendimentos ao nível municipal e sub-regional, mas estes devem ser complementados com outros indicadores, nomeadamente na área da proteção social, demografia, mercado de trabalho, entre outros, de forma a assim captar as vulnerabilidades sociais e económicas. O reforço deste conhecimento territorializado na área da pobreza e exclusão social deve ser compreendido como um instrumento para moldar políticas e estratégias regionais e locais de combate à pobreza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] Instituto Nacional de Estatística, «Estatísticas do rendimento ao nível local. Indicadores de rendimento declarado no IRS : 2017». Lisboa, 2019, Acedido: Jan. 10, 2021. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=384207665&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt
- [2] Instituto Nacional de Estatística, «Valor mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual», *Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira*. INE, 2017, Acedido: Dez. 10, 2020. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009954&contexto=bd&selTab=tab2.
- [3] Instituto Nacional de Estatística, «Valor mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual», *Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira*. INE, 2017, Acedido: Dez. 10, 2020. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009953&contexto=bd&selTab=tab2.
- [4] Instituto Nacional de Estatística, «Rendimento e Condições de Vida 2018. A maioria das pessoas em risco de pobreza residiam nas regiões Norte e Centro», Lisboa, Mai. 2019. Acedido: Dez. 10, 2020. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=354094642&DESTAQUESmodo=2.
- [5] Instituto Nacional de Estatística, «Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por habitante (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual», *Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira*. INE, 2018, Acedido: Dez. 10, 2020. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009761&contexto=bd&selTab=tab2.
- [6] Instituto Nacional de Estatística, «Indivíduos (N.º) nas famílias clássicas por Local de residência (à data dos Censos 2011), Dimensão (indivíduos ativos) e Dimensão (indivíduos a cargo); Decenal», *Recenseamento da população e habitação - Censos 2011*. 2011, Acedido: Dez. 10, 2020. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006471&contexto=bd&selTab=tab2.
- [7] Instituto Nacional de Estatística, «Dimensão média das famílias clássicas (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal», *Recenseamento da população e habitação - Censos 2011*. 2011, Acedido: Dez. 10, 2020. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006971&contexto=bd&selTab=tab2.
- [8] Instituto Nacional de Estatística, «Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013)», *Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira*. INE, 2018, Acedido: Dez. 10, 2020. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009936&contexto=bd&selTab=tab2.
- [9] Instituto Nacional de Estatística, «Sujeitos Passivos (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Escalões de rendimento bruto declarado deduzido do IRS Liquidado; Anual», *Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira*. INE, 2018, Acedido: Dez. 10, 2020. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009938&contexto=bd&selTab=tab2.
- [10] MTSSS/GEP, «Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual», *Quadros de pessoal*. INE, 2018, Acedido: Dez. 10, 2020. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009047&contexto=bd&selTab=tab2.

- [11] Eurostat, «Employment by sex, age and professional status (1000) [lfsa_egaps]», *Labour force survey*. 2018, Acedido: Dez. 10, 2020. Disponível em: https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=lfsa_egaps&lang=en.
- [12] MTSSS/GEP, «Remuneração média mensal de base (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário», *Quadros de pessoal*. INE, 2018, Acedido: Dez. 10, 2020. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006910&contexto=bd&selTab=tab2.
- [13] Instituto Nacional de Estatística, «Trabalhadores por conta de outrem: total e por tipo de contrato», *Inquérito ao Emprego*. PORDATA, 2018, Acedido: Dez. 10, 2020. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+tipo+de+contrato+-844>.
- [14] Instituto Nacional de Estatística, «Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual», *Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira*. INE, 2018, Acedido: Jan. 10, 2021. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009943&contexto=bd&selTab=tab2.
- [15] Instituto Nacional de Estatística, «Coeficiente de Gini do Rendimento por Adulto Equivalente (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual», *Inquérito às condições de vida e rendimento*. INE, 2018, Acedido: Jan. 10, 2021. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004212&contexto=bd&selTab=tab2.
- [16] Instituto Nacional de Estatística, «Desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado dos sujeitos passivos (P80/P20) (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual», *Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira*. INE, 2018, Acedido: Jan. 10, 2021. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009944&contexto=bd&selTab=tab2.
- [17] Instituto Nacional de Estatística, «Desigualdade na distribuição de rendimentos S80/S20 (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual», *Inquérito às condições de vida e rendimento*. INE, 2018, Acedido: Jan. 10, 2021. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009822&contexto=bd&selTab=tab2.
- [18] Autoridade Tributária e Aduaneira, «IRS MOD.3 2018: Dispensa de entrega de IRS», Lisboa, 2019. Acedido: Dez. 10, 2020. Disponível em: https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/Folhetos_informativos/Documents/IRS_2018_dispensa_de_entrega.pdf.



Rua de Costa Cabral nº 2368
4200-218 Porto, Portugal

Tel +351 225 420 806
catia.santos@eapn.pt
elizabeth.santos@eapn.pt

www.on-eapn.pt | www.eapn.pt